

Adriana Demite Stephani
(Organizadora)

Educação: Uma Nova Agenda para a Emancipação 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação [recurso eletrônico] : uma nova agenda para a emancipação 2 / Organizadora Adriana Demite Stephani. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Educação. Uma Nova Agenda para a Emancipação; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-739-0 DOI 10.22533/at.ed.390192310 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Stephani, Adriana Demite. II. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A coleção “Educação: Uma Nova Agenda para a Emancipação 2” é um mosaico de abordagens, olhares e narrativas sobre a educação brasileira. De caráter *pluri*, é composta por 2 volumes contendo 23 artigos cada, reunindo ao todo 46 textos que discutem, refletem e apresentam práticas de pesquisadores e docentes de diferentes estados e instituições, tanto brasileiras quanto internacionais.

objetivo da obra é apresentar um panorama das diversas e importantes pesquisas pelo país a partir de inúmeros aspectos da educação, desde processos históricos de constituição, desafios, enfrentamentos e ações na/para a formação docente, perpassando por reflexões sobre a educação como instrumento para a formação crítica e como processo inclusivo, como também apresentando possibilidades reais de atuações em sala de aula através dos relatos das práticas docentes.

O volume I inicia com 6 artigos que refletem o perfil docente do Século XXI diante dos novos paradigmas para a formação de professores e as reais condições do exercício docente em nosso país, refletindo sobre aspectos curriculares e enfrentamentos nessa formação. A esses primeiros textos, seguem-se outros 3 textos que trazem um olhar também sobre o perfil, o papel e a importância de gestores e coordenadores na Educação Básica. E, a Educação Básica é linha condutora dos 13 demais artigos que exploram diferentes aspectos educacionais como a inserção de temáticas pouco exploradas em sala de aula, assim como, práticas docentes envolvendo diferentes ferramentas e explorando os recursos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), a partir de pesquisas realizadas, como também através de relatos de trabalhos com jogos e oficinas em sala de aula.

Os 5 textos iniciais do Volume II abordam aspectos históricos da educação, trazendo pesquisas, apresentando processos históricos constituintes de espaços escolares e de processos de escolarização, tanto de educação básica como superior, que narram alguns momentos, entre tantos, da história da educação brasileira. Seguem-se a esses, outros 9 capítulos que possuem como linha conectiva a formação crítica e emancipadora através do processo educativo em diferentes frentes, espaços e abordagens teóricas. Os 8 capítulos restantes refletem sobre o processo de inclusão, os enfrentamentos da educação especial, a questão da saúde dos profissionais da educação, os dilemas da relação família-escola, a necessidade de escuta na educação infantil e a importância de reflexões sobre a sexualidade juvenil.

Essa diversidade de temáticas e pesquisas apresentadas na obra demonstra os múltiplos olhares e enfrentamentos da educação do país e a necessidade de aprofundamento e reflexão constantes.

Convidados o leitor para essa reflexão!

Adriana Demite Stephani

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 1930 A 2016	
Adriana Freire Pereira Férriz Ingrid Barbosa Silva Jakeline Gonçalves Bonifácio Sena Rosane dos Santos Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.3901923101	
CAPÍTULO 2	13
A REFORMA EDUCACIONAL SOB A ÓTICA NEOLIBERAL	
Elizangela Tiago da Maia	
DOI 10.22533/at.ed.3901923102	
CAPÍTULO 3	21
OS INSPETORES DA INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO	
Vinicius Teixeira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3901923103	
CAPÍTULO 4	33
O CONTEXTO HISTÓRICO DE EXPANSÃO DO CTISM: REFLEXÕES INICIAIS	
Talia Giacomini Tomazi Roselene Moreira Gomes Pommer	
DOI 10.22533/at.ed.3901923104	
CAPÍTULO 5	42
REFLEXÕES SOBRE ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO NA VIDA DE MENINAS E MULHERES BRASILEIRAS A PARTIR DO CURTA-METRAGEM VIDA MARIA	
Rodrigo Ribeiro de Oliveira Dagmar Silva Pinto de Castro Sueli Soares dos Santos Batista	
DOI 10.22533/at.ed.3901923105	
CAPÍTULO 6	52
A INTENCIONALIDADE DA FORMAÇÃO ESTÉTICA NA EDUCAÇÃO POR UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA-LIBERTADORA	
Elna Pereira Nascimento Cres Nilo Agostini	
DOI 10.22533/at.ed.3901923106	
CAPÍTULO 7	61
CRITICIDADE: PRESSUPOSTOS ORIUNDOS DA OBRA DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU	
Letícia Maria Passos Corrêa Neiva Afonso Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3901923107	

CAPÍTULO 8	75
CONCEPÇÃO LIBERALISTA DE LOCKE E O DIREITO À EDUCAÇÃO	
Thiago Rodrigues Moreira Raimundo Márcio Mota de Castro Juliane Prestes Meotti	
DOI 10.22533/at.ed.3901923108	
CAPÍTULO 9	86
CONFORMISMO SIMULADO: QUESTÃO DE ORDEM, DE SOBREVIVÊNCIA OU UMA SAÍDA POSSÍVEL EM TEMPOS RANÇOSOS?	
Enéas Machado Sandra Regina Trindade de Freitas Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3901923109	
CAPÍTULO 10	95
EDUCAÇÃO EM ADORNO – POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA EMANCIPAÇÃO	
Mariano Luiz Sousa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.39019231010	
CAPÍTULO 11	107
EDIFÍCIOS ESCOLARES VOLTADOS À EDUCAÇÃO EMANCIPADORA ORIENTADOS PELAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E METODOLOGIAS ATIVAS	
Roberta Betania Ferreira Squaiella Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.39019231011	
CAPÍTULO 12	120
EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO DE INTERAÇÃO FORMAÇÃO-TÉCNICA	
Thiago Vieira Machado Anne Alilma Silva Souza Ferrete	
DOI 10.22533/at.ed.39019231012	
CAPÍTULO 13	131
EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE: APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA COMO PROPÓSITO	
Lucila Ludmila Paula Gutierrez Paula Macarena Caballero Moyano Raphael Maciel da Silva Caballero	
DOI 10.22533/at.ed.39019231013	
CAPÍTULO 14	139
EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA: UM DIÁLOGO ENTRE O PENSAMENTO GRAMSCIANO NA FORMAÇÃO INTEGRAL COM A EDUCAÇÃO DA GRÉCIA ANTIGA	
Janiara de Lima Medeiros Ohana Gabi Marçal dos Passos	
DOI 10.22533/at.ed.39019231014	

CAPÍTULO 15	151
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS DEFICIENTES NA ESCOLA PÚBLICA: O OLHAR DOS PROFESSORES DE DOIS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO	
Sandra Maria Guisso Charles Moura Netto	
DOI 10.22533/at.ed.39019231015	
CAPÍTULO 16	161
DEFICIÊNCIA VISUAL: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
João Ricardo Melo Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.39019231016	
CAPÍTULO 17	168
DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
João Ricardo Melo Figueiredo Eliana Leite Assis Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.39019231017	
CAPÍTULO 18	175
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: EFICÁCIA DE UM ENSINO DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Caio Winch Janeiro Carolina Rodrigues Lopes Gustavo de Souza Andrade Lívia Mariana Lima Gava Murieli Fonsati Mázzaro César Antônio Franco Marinho Gustavo Navarro Betônico	
DOI 10.22533/at.ed.39019231018	
CAPÍTULO 19	182
ESCOLA X FAMÍLIA: UM DOS DESAFIOS DO SÉCULO XXI	
Jenyfer Fernanda Almeida Andreia Aparecida Pontes Maria Elganei Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.39019231019	
CAPÍTULO 20	192
A ESCUTA DAS CRIANÇAS COMO UM PRINCÍPIO DA AÇÃO EDUCATIVA: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NA UEIIA/UFSM	
Ana Carla Bayer da Silva Daniela Dal Ongaro Jovaneli Lara Xavier Siqueira da Rosa Juliana Goelzer	
DOI 10.22533/at.ed.39019231020	
CAPÍTULO 21	202
CONHECIMENTO SOBRE SEXUALIDADE DE ESTUDANTES ADOLESCENTES EM MUNICÍPIO RIBEIRINHO AO NORTE DO BRASIL: O QUE FOI COMPREENDIDO E O QUE AINDA NECESSITA SER APRIMORADO?	
Liliane Gonçalves de Araújo Darlene Teixeira Ferreira Gláucia Caroline Silva de Oliveira	

Aldemir Branco de Oliveira-Filho
DOI 10.22533/at.ed.39019231021

CAPÍTULO 22 213

O PARADIGMA DA “ATIVÇÃO” DO ESTUDANTE E AS DEMANDAS POR UMA EDUCAÇÃO EM COMPASSO COM O SEU TEMPO

Bruno Gomes de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.39019231022

CAPÍTULO 23 225

CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DEFORMAÇÃO UNIFORME EM MATERIAIS SOB STRESS

Otto Leonardo Gómez Huertas

DOI 10.22533/at.ed.39019231023

SOBRE A ORGANIZADORA..... 231

ÍNDICE REMISSIVO 232

O CONTEXTO HISTÓRICO DE EXPANSÃO DO CTISM: REFLEXÕES INICIAIS

Talia Giacomini Tomazi

Universidade Federal de Santa Maria,
Departamento de Filosofia
Santa Maria – RS.

Roselene Moreira Gomes Pommer

Universidade Federal de Santa Maria, Colégio
Técnico Industrial.
Santa Maria – RS.

RESUMO: As transformações vividas pelo setor industrial brasileiro a partir da Revolução da Automação, exigiram mudanças no processo de formação da mão-de-obra operária. Em decorrência disso, o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM) como locus dessa formação, refletiu nos campos pedagógicos e estruturais, os novos contextos políticos decorrentes das alterações no mundo do trabalho e das necessidades de novas formações. Diversificou-se a oferta de cursos, bem como suas modalidades de ensino. Porém, mesmo que determinados governos, em épocas diferentes, tenham priorizado ou não o ensino profissionalizante, a distância entre as áreas propedêutica e técnica de ensino, que embasam os currículos dos cursos técnicos, não foi superada. Isso decorre do fato de a escola não ser uma categoria neutra inserida em um corpo social. Antes, ela reflete as diferenças de concepções culturais,

políticas e econômicas que o corpo social ao qual corresponde construiu ao longo de seu processo histórico. Essa pesquisa exploratória pretende situar politicamente as mudanças educacionais e estruturais pelas quais o CTISM passou nos últimos 15 anos, a partir das novas políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Sua pertinência está no fato de que as experiências passadas poderão auxiliar na elaboração das expectativas e das circunstâncias contextuais que construirão o futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional; Trabalho; Políticas Neoliberais.

THE HISTORICAL CONTEXT OF CTISM'S EXPANSION: INITIAL REFLECTIONS

ABSTRACT: The transformations experienced by the Brazilian industrial sector since the Automation Revolution demanded changes in the formation process of the workforce. From that fact, the Industrial Technical College of Santa Maria (CTISM) as a locus of this formation, reflected in the pedagogical and structural fields, the new political contexts resulting from changes in the world of work and the needs of new formations. The offer of courses was diversified, as well as their teaching modalities. However, even if certain governments, at

different times, prioritized vocational education, the distance between the teaching and technical teaching areas, which underpin the curricula of technical courses, has not been overcome. This is due to the fact that the school is not a neutral category inserted in a social body. Rather, it reflects the differences of cultural, political, and economic conceptions that the social body to which it corresponds has built throughout its historical process. This exploratory research intends to politically situate the educational and structural changes that CTISM has undergone in the last 15 years, based on the new public policies for Professional and Technological Education (ETP). Its pertinence lies in the fact that past experiences may help in framing the expectations and contextual circumstances that will build the future.

KEYWORDS: Professional Education; Job; Neoliberal Policies.

1 | INTRODUÇÃO

A escola enquanto instituição de educação formal, principalmente quando mantida por um Estado de economia capitalista, desempenha estratégicas funções ideológicas, pois representa o lócus das políticas educacionais implementadas pelas classes dominantes. Nesse sentido, o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM) não foi uma exceção. Em meio ao projeto de educação pública implementado a partir de 2003 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que postulava sobre um ensino de qualidade, laico, emancipador e promotor da superação das desigualdades sociais, o CTISM manteve fortes contradições em suas ações pedagógicas.

Foi no contexto dos governos autoritários que se apropriaram do poder através do Golpe Civil-Militar de 1964, com promessas de desenvolvimento através do que ficou conhecido como “milagre econômico”, que o CTISM foi fundado. Para além da formação técnica de nível médio, que visava a qualificação de mão-de-obra em uma cidade de expressivo contingente operário, decorrente das instalações necessárias a manutenção da Rede Ferroviária Federal, a implantação daquela instituição técnica de ensino profissional representou, também, a possibilidade de controle ideológico sobre a massa de trabalhadores regionais.

Assim, o processo histórico dos primeiros 50 anos do CTISM refletiu as transformações ocorridas tanto no âmbito federal, como no regional. Delas decorreram algumas adequações estruturais e pedagógicas que objetivaram atender às mudanças que o sistema produtivo capitalista mundial exigia, e ainda exige de um país dependente como o Brasil. Uma das mudanças refletiu sobre os métodos de ensino voltados para a formação de trabalhadores a partir dos pressupostos do modelo produtivo taylorista-fordista, os quais orientaram os princípios didático-pedagógicos para a formação dos primeiros trabalhadores técnicos da instituição, nas áreas de eletrotécnica e mecânica.

Isso deveu-se ao fato de a Revolução da Automação, iniciada na década de

1980, exigir a transformação daquele modelo, em outro, pautado na flexibilização e na racionalização da produção. Os trabalhadores viram a ideia do pleno emprego sendo superada pela valorização do que se chamou de capital humano, pela instabilidade da empregabilidade e da subempregabilidade, pelo trabalho informal e pela precarização das condições laborais.

A formação profissional ofertada pelo CTISM, então, foi comprometida pelo congelamento dos investimentos e pelo sucateamento de suas estruturas pedagógicas por parte dos governos neoliberais que assumiram o controle do país após a pseudo redemocratização de meados da década de 1980. A questão pode ser explicada pela minimização dos espaços públicos de educação profissional, em favorecimento da oferta dessa modalidade por parte de instituições privadas.

A partir de 2003, o CTISM passou a viver os efeitos das novas políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), as quais tentaram superar os efeitos das condições anteriores. Assim, a ampliação de cursos, de espaços físicos como laboratórios e salas de aulas, as contratações de novos servidores, entre outras medidas, fazem parte de um momento político recente de resgate e de revitalização do patrimônio público e das funções sociais assumidas pela educação profissional.

Pois essa pesquisa de caráter crítico-reflexivo, pretende apontar conexões entre as ações adotadas pelos governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o estágio atual do capitalismo mundial, identificando-se a complexa conjuntura da educação profissional e das práticas pedagógicas aplicadas no CTISM enquanto instituição de formação profissional.

2 | O MÉTODO DE REFLEXÃO

Os espaços físicos reservados ao ensino formal no Brasil possuem riquíssimos acervos de dados contendo informações que revelam os reflexos da colonização escravocrata do país, que contemporaneamente adotou contornos de um projeto neoliberal (FRIGOTTO, 2007), com o intuito de atender as novas exigências do capitalismo mundial. Essas práticas decorrentes das novas exigências (re)produziram significativos impactos nas ações pedagógicas desenvolvidas por todo o sistema educacional nacional.

A heterogeneidade étnico-cultural da população brasileira reflete-se nas diferentes realidades das instituições de educação formal. Outros fatores como as regiões em que essas instituições estão instaladas, os grupos que influenciam a dinâmica social, o desenvolvimento socioeconômico, entre outros, acabam refletindo expressivamente na organização de um determinado espaço escolar e em suas práticas pedagógicas.

Deste modo, as pesquisas que são realizadas tendo como campo de análise os elementos que permeiam a educação precisam e podem utilizar-se de várias fontes para a análise de seus objetos. A documentação arquivada nas instituições

de ensino, tais como, projetos pedagógicos, atas de reuniões, cadernos de registros dos conteúdos, memórias orais e escritas, literaturas e demais produções denunciam as perspectivas e as demandas dos grupos sociais envolvidos e dão visibilidade a traços por vezes esquecidos pelas políticas educacionais.

Essa diversidade de fontes possibilita a construção de trabalhos sólidos e comprometidos com a investigação e com a compreensão dos processos de elaboração identitária das instituições de ensino (CORSETTI, 2007). Tendo como metodologia as análises qualitativa e quantitativa de documentos escolares, associados à produção bibliográfica de autores que se debruçam sobre a história das instituições escolares, busca-se apontar elementos para a compreensão do processo de renovação pedagógica experimentado pelo CTISM, após a instalação da SETEC, ou seja, após 2003.

3 | O LÓCUS DA REFLEXÃO

De forma geral, o estudo sobre o processo histórico dos primeiros cinquenta anos do CTISM se organiza em quatro fases:

a primeira, a “fase de implantação”, período que vai de 1963 até 1970; a segunda, a “fase de afirmação”, de 1971 até 1984; a terceira, “fase de revisão”, de 1985 até 2003; e a quarta, a “fase de renovação”, que envolve os últimos anos. A partir da análise dos contextos históricos que são próprios de cada fase, [é possível] localizar as condicionantes para a produção de identificações multifacetadas elaboradas pela cultura pedagógica do CTISM (POMMER e LIMA, 2010, p. 03).

Essa pesquisa refere-se a análise da quarta fase, a de renovação, iniciada em 2003 e subsequente a fase de revisão, que compreendeu os anos de 1985 até 2002. É nesta terceira fase que encontram-se os condicionadores estruturantes das ações tidas como “renovadoras”, que caracterizaram a quarta fase. Aquele período correspondeu a interferência neoliberal sobre as políticas educacionais. Na época, as privatizações e o enxugamento da máquina estatal, sintonizadas com as políticas econômicas internacionais (SOUZA, 2008), fizeram prevalecer um conjunto de medidas de cooptação dos espaços públicos, pelos interesses privados.

Especialmente durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, a educação profissional sofreu reformulações, orientadas pela perspectiva neoliberal. O Decreto nº 2.208/97, mesmo sofrendo resistências dos profissionais da educação, pode ser considerado uma das ações mais expressivas da época. A EPT, a partir da aprovação do decreto, passou a ser ofertada de maneira desvinculada da formação de nível médio. Isso aprofundou ainda mais a polarização já existente entre dois sistemas de ensino: um voltado para a promoção do pensar, outro voltado para a promoção do fazer.

Segundo Ciavatta e Ramos (2011),

centrada na dualidade das classes sociais e do sistema educacional, a propalada formação flexível ocorreria por meio da fragmentação curricular e de um tipo de

rotatividade formativa. Em outras palavras, um currículo flexível supostamente proporcionaria ao trabalhador oportunidades de se atualizar ou se requalificar por diferentes itinerários formativos, demandados por mudanças na produção e/ou nas situações de emprego. O trabalhador assim formado seria capaz de renovar permanentemente suas competências, por diversas oportunidades, inclusive em cursos de currículos flexíveis (p. 31).

Com esse pano de fundo, a separação da educação profissional da formação básica de nível médio orientou as novas práticas pedagógicas, sem ênfase à formação humana e condicionando-as às necessidades do mercado, responsabilizando os próprios trabalhadores pela sua empregabilidade e a pela sua manutenção nos cargos. As dimensões humanas, a saber, o trabalho, a técnica, a cultura e a ciência foram postas de lado. Isso por que a própria natureza do trabalho passou a viver

profundas alterações, a partir do momento em que o avanço científico e tecnológico, em especial com a mediação da microeletrônica, abalou profundamente as formas tayloristas e fordistas de organização e gestão do trabalho, com reflexos diretos nas formas de organização da própria Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2013, p. 206).

Deste contexto, emergiram os desafios enfrentados pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2002. Uma de suas primeiras medidas foi a revogação do Decreto 2.208/97, com a aprovação do Decreto 5.154/2004, através do qual as escolas poderiam, novamente, ofertar o ensino técnico de forma integrada à formação básica de nível médio, ou seja, um projeto curricular único. A mudança deveu-se a novas influências advindas do mundo do trabalho, o qual exigia

profissionais cada vez mais polivalentes e capazes de interagir em situações novas e em constante mutação. Como resposta a este desafio, escolas e instituições de Educação Profissional buscaram diversificar programas e cursos profissionais, atendendo novas áreas profissionais, estruturando programações diversificadas e articuladas por eixos tecnológicos, elevando os níveis de qualidade da oferta. Os empregadores passaram a exigir trabalhadores cada vez mais qualificados, uma vez que equipamentos e instalações complexas requerem trabalhadores com níveis de educação e qualificação cada vez mais elevados (BRASIL, 2013, p. 208).

Em que pese os esforços dos governos da época para a promoção social da EPT, observa-se pelo documento citado a manutenção, em relação aos períodos anteriores, da necessidade de vincular-se essa modalidade de ensino às demandas empresariais que controlam o mercado de trabalho. Muito por conta disso, a abertura de 214 escolas de ensino profissional e tecnológico, através da criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFETs), entre outras providências para a ampliação do ensino técnico de níveis médio e superior, mesmo que em um primeiro momento procurasse diminuir os impactos provocados pelas políticas de privatização dos governos anteriores, não conseguiu promover a unidade efetiva entre trabalho e educação.

O CTISM, entre outros fatores, por apresentar uma localização geográfica estratégica – região central do estado do Rio Grande do Sul – e por estar vinculado à Universidade Federal de Santa Maria viveu, nos últimos dez anos, um período de

prosperidade e de significativa expansão estrutural. A chamada fase de renovação compreende, então, o período em que o governo federal propôs o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE. Neste plano, um conjunto de deliberações buscou contemplar e incentivar as potencialidades das instituições de educação, principalmente aquelas voltadas à EPT.

Com investimentos superiores a 04 bilhões de reais na educação pública, com o aumento de mais de 500.000 novas vagas nos cursos técnicos e com a formação e nomeação de professores para atuarem especificamente na EPT, as unidades da rede federal puderam melhorar suas estruturas, bem como a qualidade de ensino ofertado às suas comunidades. Alguns dados referentes a expansão do CTISM facilitam a compreensão sobre o significado da renovação aqui apontada.

Esta instituição, até a aprovação do Decreto 5.154/04, possuía uma infraestrutura muito debilitada, com equipamentos obsoletos à tecnologia empregada na virada do século XX para o XXI, muitos dos quais haviam sido doados por empresários da cidade. Os professores, por sua vez, não dispunham de acesso à formação continuada e cursos de qualificação para atender às demandas do mercado de trabalho e isso impactava diretamente na formação dos estudantes. Em média, o número de estudante era de 650 distribuídos em 05 cursos, os quais contavam com apenas 20 professores efetivos.

Nos registros disponibilizados pelo setor administrativo do CTISM, pode-se constatar que nos 08 anos de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, os concursos públicos estiveram congelados durante 05 anos. A data da última admissão na instituição foi do ano de 1998 e, apenas em 2004, já no governo Lula, novas contratações foram homologadas. Esses números são significativos, pois demonstram o descaso dos governos da época para com as instituições públicas e com a qualidade do ensino ofertado a comunidade em geral.

No intuito de reverter a situação de precariedade e desmonte que a EPT havia sofrido anteriormente, algumas medidas foram assumidas pelo governo federal. A criação da SETEC em 2003, o plano de Expansão da Rede Federal em 2005, prevendo atingir o número de 354 unidades destinadas à educação até 2010 e a lei 11.892 de dezembro de 2008, que criou a Rede Federal de Educação Profissional, são exemplos das primeiras iniciativas tomadas para revitalizar as instituições públicas já existentes e para as expandir a novos lugares. O CTISM teve seu cenário modificado positivamente com essas mudanças. Desde 2005, o quadro de servidores da instituição foi acrescido com vistas a atender o crescente aumento da oferta de vagas, proporcionadas pelos novos cursos. Em 2017 a instituição possuía cerca de 1.442 estudantes matriculados e contava com o trabalho de 127 servidores, distribuídos entre professores da educação básica, técnica e tecnológica, professores da educação superior e técnicos administrativos.

A oferta de cursos também aumentou significativamente. De 05 cursos que já não satisfaziam as exigências do mercado em 2001, passou-se para 15 cursos

no final do ano de 2017. Dentre os novos cursos ofertados, destacam-se 04 cursos técnicos integrados ao ensino médio, sendo que um deles integra o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), 03 cursos tecnólogos e um curso de Mestrado Acadêmico em Educação Profissional e Tecnológica. O espaço físico do Colégio também cresceu, de 4.056,14 m² de área construída em 2007, para 8.307,33 m² em 2017, distribuídos em 6 prédios, com várias salas de aula equipadas, dois auditórios, biblioteca e 37 laboratórios para as aulas práticas.

Essa revitalização da estrutura física e profissional possibilitou, também, a oferta de uma formação pedagógica mais dinâmica, apoiada por projetos de pesquisa, ensino e extensão, tanto para a formação geral, como para a formação técnica. O CTISM mantém, ainda, a oferta dos cursos que estiveram na origem de sua implantação (eletrotécnica e mecânica), porém, ampliadas as opções através das formas integrada ao ensino médio, subsequente e superior (Tecnólogo em Eletrônica Industrial e Tecnólogo em Fabricação Mecânica). As alterações vivenciadas pelo sistema produtivo através da Revolução da Automação, estimularam a instituição a oferecer, também, o curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio e o curso Tecnólogo em Redes de Computadores. Além disso, os Projetos Pedagógicos dos cursos passam, constantemente, por reformulações, visando adequá-los às qualificações e habilitações para novos perfis profissionais exigidos pelas aceleradas mudanças do sistema produtivo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que as ações anteriormente relatadas tenham promovido mudanças estruturais que favoreceram a expansão da educação profissional, amparada pelos projetos de financiamento público federal, seu fim último não foi alterado. Apesar dos avanços (em espaços físicos, profissionais, cursos e oferta de vagas) vividos pela EPT no Brasil, as políticas públicas que a norteiam continuaram orientadas pelas demandas das classes economicamente hegemônicas. A burguesia empresarial continuou postulando a edição de políticas públicas educacionais ligadas diretamente às necessidades do então capitalismo flexível.

Deste modo, as práticas pedagógicas e os currículos dos cursos continuaram sendo estruturadas com o intuito de sanar as fragilidades às quais o trabalhador pode ser exposto no mercado de trabalho. A base pedagógica continuou a se dar a partir da ótica unilateral, que concebe o estudante de maneira parcelar, ao invés de oferecer-lhe uma formação omnilateral, que possibilite ao futuro trabalhador compreender sua situação social, refletindo de forma ampla e crítica e estimulando-o a desenvolver todas as suas potencialidades. A estrutura curricular continuou a negligenciar a formação humana dos futuros profissionais, destinando a maior

parte do tempo de formação às disciplinas de conhecimentos técnicos, isoladas dos contextos históricos, políticos, econômicos e sociais, o que denuncia a influência das demandas produtivas.

A formação para o trabalho continuou, então, a ter como mote o mercado e não o mundo do trabalho, o que pressupõe que as práticas pedagógicas continuaram pautadas pela ótica tecnicista. O empresariado continuou sendo o sujeito central na definição das políticas públicas para a EPT, em detrimento dos trabalhadores.

Logo, constata-se que o objetivo da expansão vivida pela EPT no Brasil, no período analisado, foi o de suprir os interesses empresariais de qualificação do exército de mão-de-obra reserva. Esse exército, por sua vez, mantém a precarização salarial e de condições de trabalho de um grupo social formado para a execução de funções técnicas, práticas e operativas em um contexto exigente de maior qualificação. O papel de pensar e administrar as estruturas produtivas continuou reservado aos filhos das classes dominantes, os quais ocupam as vagas dos cursos superiores de elevado *status quo* nas universidades públicas.

Assim, o aparelho estatal, ao assumir para si a responsabilidade com a formação profissional prática e operativa dos trabalhadores, não superou a condição de um mero instrumento para o atendimento dos interesses privados dos grupos hegemônicos, que visam, fundamentalmente, o barateamento do processo de produção e aumentando os lucros capitalistas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. In: Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Básica. Brasília, 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acessado em 10/07/2018.

ClAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação**. Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em www.esforce.org.br. Acessado em 13/07/2019.

CORSETTI, Berenice. **Movimento social e escola no Rio Grande do Sul: um estudo no campo da História das Instituições Educativas**. Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 525-546, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1821/1585>. Acessado em 12/07/2019.

DEITOS, Roberto Antonio. LARA, Ângela Mara de Barros. **Educação Profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional**. v. 21, n. 64, p. 165-188, jan./mar. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n64/1413-2478-rbedu-21-64-0165.pdf>. Acessado em: 20/06/2019

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica**. Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>. Acessado em 10/07/2019

POMMER, Roselene. LIMA, Bruna. **O Processo Histórico de Instalação do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – CTISM/UFSM**. In: X Encontro Estadual de História. Santa Maria, 2010. Disponível em www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279375749_ARQUIVO_OProcessoHistoricodelInstalacaodoCTISM.pdf Acessado em 27/11/2018 Acessado: 10/07/2019

SOUZA, Evaldo Roberto. **Reforma da Educação Profissional do Governo FHC no CEFET-PB: A Representação Social como Mediação**. João Pessoa, n. 16, p. 38-38, set. 2008. Disponível em <http://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/download/239/202>. Acessado em: 10/07/2019

SOBRE A ORGANIZADORA

ADRIANA DEMITE STEPHANI - Possui Licenciatura em Letras e Pedagogia. Especialista em Língua Portuguesa: Métodos e Técnicas de Produção de Textos. Mestrado e Doutorado em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é docente (Adjunto III) do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, em Arraias, e do Programa de Pós-graduação em Letras da UFT/Porto Nacional. Tem experiência na área de Letras e Pedagogia com ênfase em Ensino de Língua e Literatura e outras Artes, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de professores, Letramentos, Arte e ensino, Arte Literária, Literatura e ensino, Literatura e recepção, Literatura e outras Artes, Leitura e formação, Leitura e Escrita Acadêmica e Literatura infanto-juvenil. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Literatura, Ensino e Recepção (LER), em parceria com docentes da UEG e UnB. Avaliadora do Inep/MEC de cursos de Letras e Pedagogia.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 10, 26, 30, 58, 59, 91, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 167, 171, 173, 174, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 195, 199, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225
Aprendizagem ativa 111, 213, 214, 220, 221, 223
Arquitetura escolar 107, 109, 119

B

BNCC 139, 140

C

Campo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 29, 31, 35, 40, 43, 44, 48, 50, 70, 86, 88, 89, 90, 93, 97, 121, 132, 134, 141, 163, 167, 169, 171, 174, 183, 184, 187, 208, 213
Conformismo simulado 86, 92
Consciência verdadeira 95, 96, 97, 100, 102, 105, 106
Críticidade 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73
Curta-metragem Vida Maria 42

D

Deeper learning 213, 214, 220, 221, 222, 223
Deficiência 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174
Deficiência visual 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

E

Educação em saúde 134, 137, 175, 176
Educação escolar 52, 74, 95, 96, 103, 104, 105, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 152, 189
Educação especial 4, 7, 152, 160, 161, 165, 168, 173, 194, 195
Educação infantil 4, 7, 20, 96, 103, 115, 116, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200
Educação profissional 4, 7, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41
Emancipação 3, 50, 53, 54, 62, 66, 68, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 120, 125, 128, 130, 134, 144, 149
Ensino de filosofia 61, 62, 68, 70, 71, 73, 74
Ensino híbrido 107
Esclarecimento 55, 59, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 120, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130
Escolarização 5, 10, 18, 23, 42, 44, 47
Escuta 134, 164, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200

Estado 3, 4, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 34, 37, 43, 44, 56, 61, 63, 66, 67, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 93, 103, 105, 122, 124, 141, 145, 162, 194, 204, 212, 215, 217, 221

F

Família 4, 45, 79, 96, 100, 101, 102, 103, 104, 125, 143, 151, 154, 157, 158, 159, 160, 165, 168, 169, 170, 173, 174, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 200, 203, 211, 212, 217

Formação cultural 95, 96, 98, 99, 102, 104, 105, 106, 120, 125, 126, 129

Formação estética 52, 54, 55

Formação humana 37, 39, 58, 61, 62, 65, 66, 72, 74, 105, 121, 139, 141, 143, 145, 146, 149

G

Gênero 6, 23, 29, 30, 31, 42, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 65, 82, 211

H

Homem integral 52, 57

I

Inclusão 3, 54, 59, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 173

Inspeção eficaz 21, 23, 25, 26, 30

Inspetores da instrução 21, 27, 28, 30

Instrução popular 21, 24

Inteligências múltiplas 107, 109, 110, 111, 113, 117, 119

Interdisciplinaridade 139, 141, 146, 147, 148, 149, 150

J

Jean-Jacques Rousseau 61, 62, 63, 65, 68, 74

L

Liberalismo 15, 16, 75, 76, 77, 79, 84

Locke 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 122, 124, 130

M

Metodologias ativas 107, 109, 110, 111, 112, 117, 119, 137, 220, 221

N

Neoliberalismo 13, 15, 16, 60

P

Paideia 123, 130, 139, 140, 147, 148, 149, 150

Participação 15, 18, 86, 100, 115, 134, 136, 147, 151, 157, 159, 174, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 211

Política de educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12

Políticas neoliberais 33

Precarização 35, 40, 86, 87, 88, 89, 91

Primeiros socorros 175, 176, 177, 178, 180

Produção do conhecimento 1, 2, 5, 10, 11

Professores 19, 27, 29, 31, 38, 73, 92, 93, 94, 103, 104, 112, 113, 114, 115, 118, 134, 136, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 167, 174, 175, 177, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 212, 220, 231

Profissionais da saúde 131, 133

Profissionalização 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94

R

Redesenho do espaço escolar 107

Reforma 13, 17, 20, 41, 66, 88, 112, 113

S

Serviço social 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

Sociedade da aprendizagem 213, 214, 216, 217

Suporte básico de vida 175, 176, 177, 181

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 24, 25, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 96, 97, 100, 101, 103, 104, 105, 111, 113, 115, 118, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 163, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223

Trabalho pedagógico 192, 194, 196, 197, 198

V

Vida escolar 182, 185, 187, 189

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-739-0



9 788572 477390